



Conselho Nacional de Justiça

Ata de Reunião		
Reunião do Comitê Interinstitucional ODS na Agenda do Judiciário		
Data	Horário	Local
9/9/2019	14h	CNJ – sala 17
Participantes		Órgãos Representados
Conselheira Maria Tereza Uille Gomes		Conselheira CNJ
Thatiane de Moraes Rosa		DPJ/CNJ
Cristina de Oliveira Winckler		DGE/CNJ
Luiz Antônio Garcia		DTI/CNJ
Iury Revoredo		SEAS/SEGOV
Rodrigo Pedroso		MMFDH
Izabeth Cristina C. S. Farias		CNPQ
Pedro Henrique Oliveira Giraldes		CNPQ
Igor Guimarães		DPJ/CNJ
Paula Ferro Costa de Sousa		CNJ
I – Pauta		
<p>Reunião mensal do Comitê Interinstitucional ODS na Agenda do Judiciário, presidida pela Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, para tratar dos seguintes temas:</p>		
II – Deliberações		
<p>No início da reunião a Conselheira fez um apanhado de tudo o que o Comitê Interinstitucional já produziu e informou sobre a evolução das propostas de metas e indicadores específicos para o Poder Judiciário que se relacionam diretamente com as metas e indicadores da Agenda 2030.</p>		
<p>A Conselheira mostrou todos os indicadores em relação a cada um dos ODS.</p>		
<p>Em relação ao ODS 2, no que concerne à agrotóxicos, a SEGOV pediu para deixar registrado ter entendimento contrário ao acórdão do TCU.</p>		
<p>Em relação ao ODS 12, considerando a proposta de indicador para levantar o número de processos físicos em relação aos processos digitais, foi dito pelo Dr. Iury Revoredo, que existe uma Comissão de autos findos no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.</p>		

Foi considerado que os autos findos devem ser considerados para fins de cálculo e que a eliminação do passivo deve ser feita de acordo com a tabela de temporalidade.

Na sequência, a Conselheira disse que enviaria a tabela com os detalhamentos propostos, em relação a cada um dos ODS (anexo), para análise do grupo.

Deliberou-se que a próxima reunião o grupo trabalhará prioritariamente e com maior profundidade os **ODS 5 e 16**, com foco na prevenção.

A Conselheira mencionou sobre a pesquisa que está sendo realizada no Observatório Nacional em relação aos casos de homicídio, especialmente após a divulgação da pesquisa pelo Ipea, denominada Atlas da Violência.

O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) sugeriu seja feito um paralelo com outros países.

A Conselheira perguntou aonde estavam concentradas as denúncias sobre casos de violência doméstica e Dr. Rodrigo, do MMFDH, mencionou que a principal fonte é a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. A conselheira solicitou então, se fosse possível, analisar o formulário da Ouvidoria para verificar se os campos existentes e tentar compatibilizar com os dados de processos do Poder Judiciário com vistas a um possível cruzamento de dados.

Para a próxima reunião o grupo deverá apresentar dados sobre violência doméstica, medidas protetivas e classificação de crimes (homicídios).

Na próxima reunião também será discutido o regulamento do Prêmio CNJ Agenda 2030.

A Izabeth, do CNPQ ficou de convidar a pesquisadora Débora Diniz para a próxima reunião. Convidar as escolas ENFAM, ENAMAT, ENAP e ISC/TCU para participar da próxima reunião do Comitê.

III – Próxima reunião

A próxima reunião será no dia **7/10/2019**, às **14h**, seguindo-se o calendário previamente agendado.